

A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades

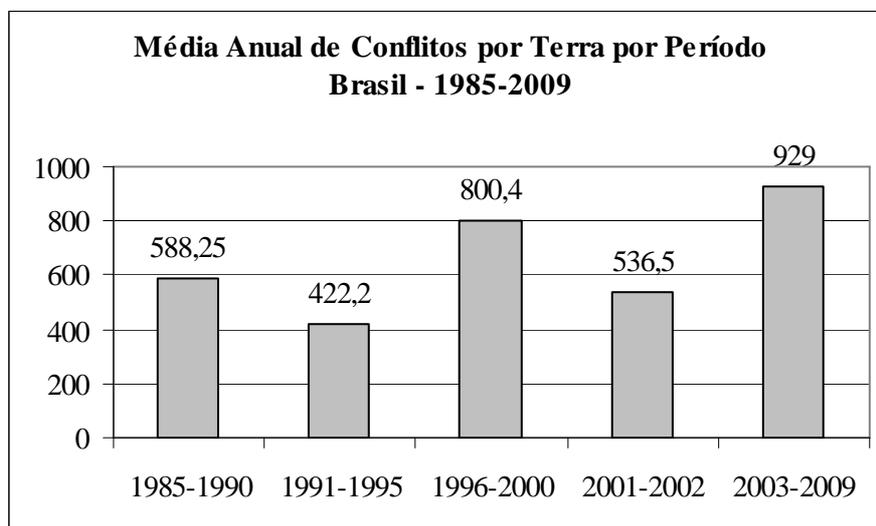
Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves – LEMTO-UFF
Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – *GeoAgrária-UERJ*

Nos últimos anos uma visão triunfante vem predominando na análise do campo brasileiro. A questão (da reforma) agrária vem perdendo espaço não só nos meios acadêmicos e midiáticos como até mesmo em setores que historicamente pautaram suas ações e análises em torno dela por acreditarem que a reforma agrária teria um papel estruturante na construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil. Esse deslocamento do debate tem sua razão de ser em abordagens que tendem a priorizar a dimensão econômica e sua crença no papel do desenvolvimento das forças produtivas que, sabemos, tem fortes raízes não só na tradição liberal-conservadora como também em certos setores do pensamento de esquerda. Não é o que se observa quando analisamos a dinâmica do espaço agrário brasileiro pelo viés da luta por direitos, justiça e democracia onde podemos perceber que a questão (da reforma) agrária mostra não só sua persistência como exige que se elabore um escopo teórico-político que dê conta da complexidade com que ela vem se redesenhando e demonstrando os limites das abordagens com que vem sendo tratada. Para isso, a análise dos conflitos ganha importância na medida em que expressa as contradições sociais em estado prático, tal como se apresentam e são vivenciados por aqueles e aquelas que os protagonizam.

A Dinâmica dos Conflitos em 2010: a questão (da reforma) agrária decifra-me ou devoro-te

Em 2010 foram registrados no Brasil 853 conflitos por terra, número superior à média anual de todos os períodos da história recente com registro (Gráfico 1), exceto o período 2003-2009. O ano de 2010 mantém, pois, o patamar elevado de conflitos por terra na história recente do país, o que por si só é suficiente para afirmar a atualidade da questão (da reforma) agrária no país.

Gráfico 1

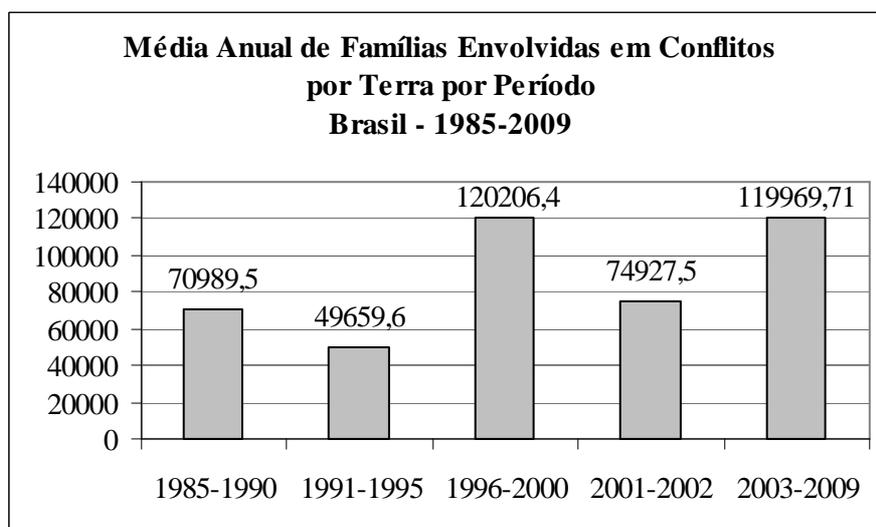


Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

O ano de 2010 registrou o envolvimento de aproximadamente 70.000 famílias em conflitos por terra, número que só é superior à média anual do período 1991-1995 quando se envolveram em conflitos por terra 49.659 famílias (Ver Gráfico 2). Esse registro é particularmente interessante haja vista que o período compreendido entre 2003 e 2009 se constitui como um dos que tiveram maior número de famílias envolvidas com cerca de 120.000 famílias, praticamente o mesmo patamar do período 1996-2000 que teve a maior média anual de famílias envolvidas em conflitos. Assim, o ano de 2010 viu o número de

famílias envolvidas em conflitos se reduzir a 58% da média anual do período recente, número que só supera a média anual do período de menor envolvimento de famílias (1991-1995).

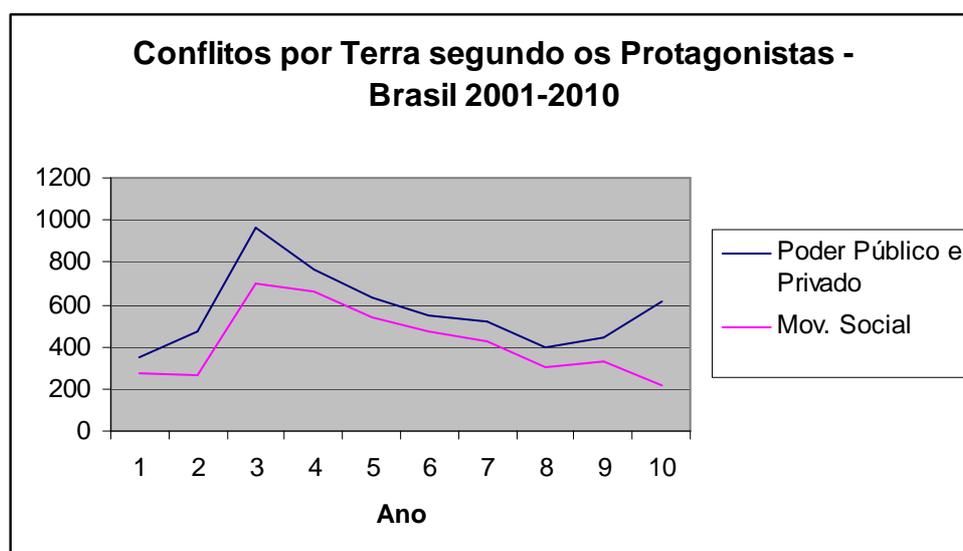
Gráfico 2



Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

Esse aparente paradoxo de um patamar elevadíssimo de conflitos com um dos mais baixos níveis de famílias envolvidas em conflitos em 2010 começa a se esclarecer quando refinamos a análise acerca dos protagonistas dos conflitos (Ver Gráfico 3). Desde 2003, quando os conflitos por terra atingiram seu auge, vimos registrando uma queda sistemática do número de conflitos até o ano de 2008, tanto dos conflitos protagonizados pelo Poder Privado e pelo Poder Público, assim como os conflitos protagonizados pelos movimentos sociais com Ocupações e Acampamentos. Desde o ano 2008, todavia, observamos uma inflexão dessa tendência e, pela primeira vez, um movimento diametralmente divergente no comportamento da curva da ação do poder privado e do poder público com relação à ação dos movimentos sociais. A saber, enquanto os conflitos protagonizados pela ação dos movimentos sociais caem ao seu mais baixo nível histórico, aqueles protagonizados pelos poderes privado e público, ao contrário, passam não só a serem os responsáveis pela maior parte dos conflitos, como a contribuir efetivamente para o aumento do número de conflitos por terra no país.

Gráfico 3



Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

Mais interessante ainda é verificarmos que desde 2004 o Poder Público vem diminuindo sua ação, enquanto o Poder Privado, ao contrário, não só passa a predominar desde então como, em 2010, ultrapassa pela primeira vez seu nível de 2004, até então o mais alto já registrado. Portanto, os registros de conflitos por terra nos permitem afirmar que estamos diante de um aumento significativo da violência do poder privado e, nesse caso, sem que o Poder Público aja no sentido de coibir essa violência na marra do poder *de facto*, enfim, dos que se consideram acima da lei.

Gráfico 4



Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

A queda do protagonismo dos movimentos sociais em 2010 se dá em todas as unidades da federação, como se pode verificar quando comparamos o número de ações dos movimentos sociais nesse ano com a média anual de suas ações no período compreendido entre 2003 e 2010, conforme a Tabela 4. A diminuição significativa do protagonismo dos movimentos sociais nos ajuda a entender a diminuição do número de famílias envolvidas em conflitos não só pelo fato dessas ações se caracterizarem por serem massivas e, portanto, envolverem em cada ação dezenas ou centenas, quando não milhares de famílias numa mesma ocorrência, mas também pelo fato do Poder Público exarar menor número de ordens de Prisões e de Despejo de famílias contra as mobilizações sociais. Ou seja, a ação do Poder Público tende a acompanhar mais de perto as ações dos movimentos sociais do que as ações de violência do Poder Privado, reafirmando uma característica histórica do padrão de poder do latifúndio no Brasil e autorizando a tese de que há uma justiça de classe no país já que não é cega, ao contrário, vê quem está sendo julgado.

Nesse ano de 2010 foram registrados como protagonistas das ações violentas do Poder Privado através de expulsões, ameaças de expulsões e assassinatos, os seguintes grupos sociais: Fazendeiros (256), Empresários (109), Grileiros (69), Palmiteiros (31), Mineradoras (27), Madeireiros (12), Pistoleiros (5), Políticos (5), Grandes Arrendatários (2), Capataz (1), Traficante (1), Garimpeiro (1), além de Pequenos Proprietários (5), Liderança (1), Assentados (3) e Outros Trabalhadores (10). Mais de 96% dos casos envolvem, pois, segmentos históricos do bloco de poder dominante no país, a saber, Fazendeiros, Grileiros, Madeireiros e agora também identificados como Empresários. Note-se a presença de Mineradoras como um protagonista relevante, com 27 dos casos identificados. Note-se que esses setores vêm sendo beneficiados pela política econômica de sucessivos governos, por serem envolvidos com as exportações de *commodities*.

Observe-se, todavia, a presença de Lideranças de trabalhadores, Assentados e de Outros Trabalhadores entre os que vêm protagonizando ações de conflitos contra outros trabalhadores que nesse ano de 2010 trouxe uma triste contribuição com mortes de trabalhadores. Este fato revela a divisão entre trabalhadores que se associam ao desenvolvimentismo e a uma visão de progresso de curto prazo (extração de madeira, empregos em canteiros de grandes obras, empregos esses que são temporários) e que acabam se confrontando com outros trabalhadores que vêm se associando a práticas de convivência com a floresta e

outros biomas e ecossistemas (Reservas extrativistas, sistemas agroflorestais, sistemas agro-silvo-pastoris, práticas agroecológicas e outras), enfim, numa relação de bem conviver com a natureza.

Para qualificar ainda mais a análise da dinâmica sócio-política implicada nesses conflitos é interessante observar que nas 604 ocorrências em que foi possível identificar as categorias sociais que foram vítimas das ações violentas, em 346 dos casos estiveram envolvidas populações que fazem uso tradicional das condições naturais de existência (terra, mar, lagos, rios, florestas, mangues e campos), enfim, conformam a categoria de Populações Tradicionais. Nessa categoria, esclareça-se, reunimos um conjunto de práticas sociais em que a posse e usufruto têm um forte componente comunitário e está ausente o reconhecimento do direito formal, haja vista que a legislação teoricamente reconheça esses direitos através de distintos estatutos, como o usucapião, que, todavia, estão longe de serem levados à prática. Diga-se, de passagem, que é grande a violência que se abate não só contra essas populações quando seus territórios ocupados tradicionalmente se encontram num eixo de expansão que bem pode ser uma rodovia, uma ferrovia, uma hidrovía, um porto, uma hidrelétrica, como também atinge os que se colocam na prática ao lado dessas populações para viabilizarem seus direitos, como são os casos de muitos ativistas e militantes na luta por reforma agrária, agentes pastorais, advogados e alguns políticos comprometidos com a luta por justiça social e ambiental. Entre essas populações tradicionais identificamos Posseiros (177), Quilombolas (60), Ribeirinhos (55), Índios (33), Camponeses de Fecho ou Fundo de Pasto (10), Vazanteiros (3), Pescadores (3), Seringueiros (2), Geraizeiros (2) e Castanheiros (1). Foram identificados ainda 182 como Sem-Terras, 61 Assentados, 9 Pequenos Proprietários, 3 Lideranças, 2 Atingidos por Barragens e 1 como Trabalhador Rural. Enfim, 57% são classificados como Populações Tradicionais e 43% são setores que tradicionalmente vêm protagonizando a luta por reforma agrária, por exemplo, como são os Sem-Terra, os Assentados, os Pequenos Proprietários, entre outros. Enfim, estamos diante de fatos que nos instam a repensar toda a questão (da reforma) agrária não só em função de os protagonistas tradicionais da luta pela terra e pela reforma agrária se tornarem minoritários nos conflitos que envolvem a apropriação das condições naturais da vida e da existência, como também por envolver outras questões e outros protagonistas até aqui não contemplados na luta pela reforma agrária, quando não considerados de modo marginal ou subsidiário.

Registremos, ainda, que em 2010 foram anotados 34 assassinatos relacionados com a questão agrária, revertendo uma tendência de queda de assassinatos que vinha desde 2004. Desses 34 assassinatos, nove envolveram trabalhadores contra trabalhadores, casos da Fazenda Vale do Rio Cristalino e o Assentamento do Rio Cururuí, ambos no Pará¹, o que nos remete à gravidade do que vem se passando no âmbito da questão (da reforma) agrária no país, não só pelo aumento da violência do poder privado e pela manutenção do quadro de altíssima conflitividade que vivemos no campo no período que se inicia em 2003, e que o ano de 2010 confirma, como também pelas dificuldades que os movimentos que lutam por direitos, justiça e democracia a partir do campo estão encontrando para combater os que vêm se beneficiando desse modelo agrário/agrícola. Dificuldades que acreditamos sejam ao mesmo teórico-políticas e, agora vemos mais claramente com esses assassinatos, também estritamente políticas.

Nova configuração da questão (da reforma) agrária

. Superação do reducionismo econômico

A análise da questão agrária no Brasil tem uma forte tradição que vem marcando o pensamento crítico e salientado a centralidade da estrutura latifundiária e das monoculturas de exportação cujo poder se caracteriza pela violência contra a/os trabalhadora/es rurais e contra os povos indígenas. Nessas análises os ciclos econômicos (da cana de açúcar, do ouro, do café, da borracha, da industrialização por substituição de exportações) ganham destaque. Até mesmo as regiões que se destacaram em um determinado período histórico ficam relegadas a um segundo plano quando o ciclo econômico que haviam protagonizado entra em crise. Assim, a evolução histórica parece prescindir da geografia ao abandonar o espaço assim que o ciclo econômico hegemônico, diga-se de passagem, dos poderosos, entra

¹ Para maiores detalhes ver notas da Coordenação Nacional da CPT de 30 de setembro de 2010 e de Frei Henri des Roziars, advogado da CPT, de 06 de dezembro de 2010.

em crise. Nossa história, por exemplo, passa do ciclo da cana para o ciclo do ouro e pouco se sabe como a vida foi reinventada na região que perdeu a centralidade. Todavia, a vida ali continuou a ser vivida e talvez a melhor prova disso seja a riqueza cultural do nordeste brasileiro com sua tradição de artesanato de couro, de algodão, de vime, de barro, de rendas e bordados, de comida onde o milho, a mandioca e o feijão se mostram, muito além de ciclos, como algo permanente. Na tradição analítica dominante a riqueza da agricultura camponesa ganha destaque, quando ganha algum, por sua dimensão econômica enquanto agricultura voltada para o mercado interno, mas, quase sempre, é vista como agricultura da miséria, de subsistência.

. *A reforma agrária, a diversidade camponesa e a descolonização do saber e do poder*

Embora a importância do campesinato para o abastecimento do mercado interno seja de alguma maneira reconhecida, ela deixa escapar outras dimensões extremamente importantes, como a da cultura, das técnicas de cultivo, da moldagem das paisagens, do conhecimento da fauna, da flora, das águas, dos solos, das luas, dos ventos e suas relações, enfim das múltiplas territorialidades que conformaram no território brasileiro. Sendo assim, são grandes os desafios que se colocam aos que têm se dedicado à análise da sociedade brasileira, particularmente para os que vêm se dedicando ao estudo do campo brasileiro. Isso porque a questão da terra, eixo em torno da qual gira a questão agrária é, desde o início de nossa formação histórica colonial, também a chave da conquista do território onde o componente econômico estava associado a essa dimensão política. Enfim, desde o início de nossa formação a questão da terra foi uma questão de territorialização/desterritorialização.

Assim, o Estado português para garantir a conquista territorial procurou atrair “homens de cabedal” para virem se implantar no Brasil. Para isso criaram feitorias, coisa para feitores; capitânicas, coisa para capitães, coisa para militares, coisa para conquistadores. Por trás de cada cidade batizada de Vitória há uma derrota impostas aos povos originários. Há até uma cidade que é a vitória da conquista para reafirmar a vitória contra os índios que retomaram o território e, assim, foi necessária a vitória da conquista. Assim se formaram os “brasileiros”, denominação que se dava aos portugueses que ficavam ricos com a exploração do Brasil. Quase sempre eram filhos de alguém, de onde vem a palavra fidalgo ((fi lhos d’alguém ou fi lhos d’alguém) já que os filhos de ninguém não recebiam terras. O Estado mediava esses interesses numa parceria público-privado histórica que antecipa o que hoje parece moda. Propor parceria público-privada num país de formação patrimonialista se não for analfabetismo sociológico chega a beirar crime. Ainda hoje sabemos o quanto é difícil se obter informações oficiais sobre a titularidade das terras no Brasil, como não tem cansado de demonstrar as pesquisas do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP. Com frequência o Poder Judiciário tem exarado ordens de reintegração de posse sobre terras cujos títulos não resistiriam a uma análise minimamente séria da cadeia dominial, revelando, mais uma vez, a imbricação do Estado com o *poder de facto* do latifúndio. O êxito econômico dos latifúndios empresariais com suas monoculturas de exportação parece absolver toda a injustiça e iniquidades que engendram. Nossa mídia não se cansa de expor as benesses dos avanços tecnológicos desses latifúndios empresariais como demonstração da modernidade de nossa agricultura se esquecendo que desde o século XVI, quando aqui se implantaram os primeiros engenhos de açúcar, já detínhamos a mais moderna tecnologia do mundo. Afinal, ao contrário do que afirma uma leitura econômica de nossa história, não exportávamos matéria prima, mas sim açúcar que é rigorosamente um produto manufaturado. À época, o açúcar era a mais importante mercadoria em circulação no mercado mundial, uma *commodity* como se fala hoje. Somos modernos há 500 anos! E, mais, somos o lado olvidado da modernidade, ou seja, seu lado colonial. A colonialidade é o lado oculto da modernidade o que ainda hoje pode ser percebido com as expressões “modernizar a Amazônia” ou “modernizar o cerrado” que, na verdade, significam “colonizar a Amazônia” e “colonizar o cerrado”. Temos até um instituto nacional de colonização que, sabemos, é a negação da reforma agrária. A própria expressão “fronteira de expansão” ao mesmo tempo em que revela, esconde seu lado colonial. Afinal, a palavra fronteira deriva de uma expressão militar – *front* – que significa aquela faixa de espaço onde há confronto, onde duas forças beligerantes se defrontam pela conquista do espaço. Assim, na fronteira temos o encontro dos diferentes, como bem destacara José de Souza Martins, e assim como na expressão-irmã “frente pioneira” estamos diante de uma linguagem emblemática que expressa o conflito histórico territorial de larga duração (Braudel) que se atualiza como

conflito/confronto, marca atual da colonialidade que acompanha a modernização da agricultura. Na linguagem que procura avançar nessas frentes pioneiras fala-se até de “vazio demográfico”, expressão também de caráter colonial na medida em que ao considerar espaços tradicionalmente ocupados como “vazios” autoriza sua ocupação tornando os que ali habitam não-seres, joões-ninguém.

Nos últimos anos temos visto o abandono do debate da questão agrária mesmo em setores que sempre viram nessa questão uma das chaves das lutas em prol de uma sociedade mais justa e democrática. O exagerado acento na dimensão econômica levou a que se visse como superada a questão agrária na medida em que desde a revolução (nas relações sociais e de poder) verde, dos anos 1970 aos dias de hoje, o aumento espetacular da produção e da produtividade teria cumprido o papel de desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, superado o “atraso”. Todavia, vimos, os conflitos se mantêm no patamar mais elevado desde que se passou a ter registros sistemáticos; o poder privado vem acelerando o processo de conquista de terras “na lei ou na marra”: “na lei”, como na quase-lei, posto que decreto, que regulariza as terras griladas na Amazônia ou nas mudanças do Código Florestal ainda em votação no Congresso; ou “na marra” como no caso dos 346 conflitos envolvendo populações tradicionais registrados em 2010 com expulsões de famílias e pistolagens, conforme documentação farta à disposição de quem não quer fugir aos fatos. O fato de no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovava as mudanças no Código Florestal transformando-o num verdadeiro Código de Devastação Florestal, o casal José da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva cuja vida se dava na luta por uma vida digna convivendo com a floresta num Assentamento Extrativista no município de Nova Ipixuna no Pará, ter sido assassinado é exemplar desse modelo agrário-agrícola que concentra riqueza e poder e que vem merecendo elogios da mídia e apoio de sucessivos governos, o que contribui para silêncio dos que acabam sendo vítimas fatais. E o comportamento dos deputados vaiando a notícia dessas mortes nos mostra o quanto esse poder que se afirma ao arrepio da lei está representado na casa que faz as leis.

. A reforma agrária, a terra e a Terra: a dimensão ambiental

Definitivamente não há como fugir às responsabilidades de repensar a questão (da reforma) agrária para além da questão da terra, começando por articular a questão da terra, da sua democratização, com a questão da Terra, casa comum dos diferentes povos e culturas do planeta. A questão da terra e a questão da Terra são uma só questão. O capitalismo se produz e reproduz separando os homens e as mulheres de suas condições de existência, entre as quais as condições naturais, inclusive individualizando-os num individualismo egóico que nega a condição social de vida em comunidade imanente aos seres vivos e que reinventamos enquanto cultura na diversidade da espécie. A separação dos homens e mulheres da natureza é condição para que se transforme tudo, todos e todas em mercadoria.

Não é sem sentido que os camponeses cada vez mais se afirmem na luta pelas condições materiais de reprodução com sinais que afirmam suas diferenças a partir das quais criam unidades verdadeiras posto que não ignoram suas distinções politizando a cultura: são faxinalenses, seringueiros, geraizeiros, vazanteiros, retireiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, caiçaras, quilombolas, camponeses de fundo e de fechos de pasto, caatingueiros e tantos eiros que já não são “sem eira nem beira” posto que lutam por território. Estão mais para brasileiro, brasileiro ou brasilês, como consagra o dicionário, do que para brasileiro já que não vivem de explorar o Brasil, como eram brasileiros os portugueses que voltavam ricos por explorar a colônia.

. A Reforma agrária e o fundo territorial das unidades de conservação

O Brasil tem mais de 100 milhões de hectares de extensão territorial enquanto unidades de conservação, muitas delas cuja criação tornaram a vida das populações que tradicionalmente as ocupavam um tormento: são os Atingidos pelas Unidades de Conservação. Se essas áreas são consideradas hoje como de grande valia pela riqueza de biodiversidade ou de água que abrigam, que se reconheçam o primado das formas de apropriação que tradicionalmente desenvolveram com e sobre elas diversos grupos sociais, como os camponeses e os povos originários. Privar esses grupos de continuar habitando-as é abrir mão, inclusive, do patrimônio de conhecimento que ali forjaram e com o qual deveríamos dialogar não reproduzindo o “desperdício de experiência humana” característico da colonialidade, haja vista que

considerando-nos superior ao outro com ele nada temos a aprender e intercambiar. Essas áreas são parte do patrimônio territorial que devemos debater enquanto pauta da questão (da reforma) agrária.

. A Reforma agrária e o fundo territorial dos povos originários

O mesmo podemos dizer dos mais de 100 milhões de hectares de áreas dos povos indígenas. Não fuja do debate achando que a questão indígena é uma questão dos países andinos, ou do Paraguai, ou do México ou da Guatemala. Na Bolívia, por exemplo, onde 62% da população falam alguma língua originária são faladas 32 línguas. No Brasil são faladas cerca de 180 línguas. Como definir quem é mais indígena o Brasil ou a Bolívia, por exemplo? Além disso, esses povos originários estão todos em áreas onde é grande a riqueza genética ou de água que, por razões alheias aos povos originários, a sociedade de matriz eurocêntrica aprendeu a valorizar com a revolução (das relações sociais e de poder) da biotecnologia e com a própria valorização da água.

. A Reforma agrária e o fundo territorial quilombola

Também é extenso o território que os quilombolas reivindicam para afirmar os princípios de liberdade que buscaram nos quilombos que, diga-se de passagem, eram espaços de homens e mulheres que buscavam a liberdade e não só de negros, embora fossem principalmente de negros porque o racismo enquanto sistema de poder se forjara contra os negros. Levantamento realizado a pedido do INCRA em 2006 dava conta de mais de 3200 comunidades com potencial de reivindicar direitos de demarcação de suas terras como quilombolas. Nada menos que 984 comunidades quilombolas apresentaram ao Incra pedido de titulação de suas terras, porém, apenas 178 foram tituladas até o momento (18,1%), beneficiando 11.314 famílias com o reconhecimento de 959.689,04 ha sob a forma de propriedade coletiva dessas comunidades. Vale dizer que muitas comunidades que se reivindicam quilombolas não conseguiram recolher a documentação necessária para dar entrada no Incra em pedidos de titulação das terras, o que elevaria ainda mais o volume de terras reivindicadas pelos quilombolas. Tem sido grande a reação conservadora que procura anular os direitos reconhecidos a partir da Constituição de 1988. Na verdade, trata-se da tentativa desses segmentos conservadores de corrigir os erros que cometeram contra seus próprios interesses durante a elaboração da Constituição de 1988 quando consideraram que permitir a titulação de terras de “remanescentes de quilombos” seria contemplar meia dúzia de comunidades rurais brasileiras.

. A Reforma agrária e a precariedade dos assentamentos rurais

Temos ainda mais de 35 milhões de hectares conquistados a retalho na luta pela terra enquanto assentamentos de reforma agrária e que acabam se destinando a uma política de contra-reforma agrária na medida em que a precariedade dos assentamentos é a condição de seu funcionamento enquanto fonte de mão de obra barata a serviço do capital. O assentado não consegue se tornar um protagonista da reforma agrária e no lugar de sujeito, no sentido positivo, acaba assujeitado, como se diz em linguagem popular. O protagonismo do movimento que organizou o Acampamento ou a Ocupação acaba quando o Estado e/ou o capital se tornam os donos do assentamento.

A Reforma agrária e a desconcentração da terra e do poder: radicalizando a democracia

A questão (da reforma) agrária exige que todas essas diferenças forjem sua unidade organicamente e não mecanicamente, não como na divisa que fala que “a união faz a força” e se esquece que o facho que faz forte os frágeis gravetos, se fechado com um laço que lhes é externo pode, ao se romper, largar todos os gravetos com suas fragilidades no caminho. Todavia, uma união que seja orgânica não precisa de laços externos, mecânicos, pra unir verdadeiramente a unidade na diversidade.

Acreditamos que a luta pela terra e pela Terra, pelos territórios, esteja chegando a seu paroxismo, seja porque a expropriação tende a se generalizar, como os dados de 2010 bem o demonstram, haja vista a reprimarização da pauta de exportação do país onde o governo vê as cifras e os cifrões, mas não decifra as contradições que está ajudando a agravar e que vêm sendo criminosamente silenciadas pela mídia e pelos intelectuais simpáticos ao agribusiness. As oportunidades que o mercado chinês abre aparecem no espaço

nosso de cada dia como avanço sobre terras para monoculturas de soja, do complexo milho-frango-porco, do complexo ferro-gusa/carvão vegetal/desmatamento, do complexo celulósico e seus latifúndios monocultores de exportação agora com projeto de integração subordinadora do pequeno agricultor (Fomento Florestal), onde não-raro o trabalho escravo se faz presente.

Enquanto o governo vê nesse modelo agrário/agrícola fonte de divisas e lhes dá uma política estruturante, para os trabalhadores rurais oferece, ao contrário, um conjunto de programas supletivos cujo principal êxito talvez não seja a parca renda que distribui vis a vis o que se destina aos latifúndios empresariais, mas sim o fazer de conta que tudo vai bem, haja vista a crescente redução da capacidade de convocação que os movimentos sociais conseguem para desenvolver as ocupações e os assentamentos. Por outro lado, o poder privado avança sobre terras expulsando e levando o pânico às famílias. Não nos enganemos que essa política que vem sendo reiteradamente reproduzida, ao não atacar nenhum dos grupos de poder que historicamente forjaram nossa sociedade como uma das mais ricas e mais injustas do mundo, contribui para sua permanência no poder e, com isso, para nos oferecer mais do mesmo.

As medidas que o governo anunciou quando chegou ao conhecimento público a morte do casal de Nova Ipixuna no Pará, ao que se seguiram outras nos dias subsequentes, apontam para uma política necessária, mas insuficiente, sobretudo porque foram principalmente dirigidas ao campo jurídico e policial sendo tímidas nas outras áreas. Chega a ser surpreendente que o governo tenha solenemente ignorado que a decretação de novos índices de produtividade, conforme determina a Constituição Federal, isso sim, indicaria que o governo estaria de fato inibindo o avanço sobre novas terras e, com isso, diminuindo a devastação e as mortes que, como sabemos, em nossa formação territorial sempre caminharam juntas. (Não esqueçamos que a notícia desses assassinatos veio no mesmo momento em que se anunciava o aumento das taxas de desmatamento). A questão (da reforma) agrária não é uma questão de polícia, mas sim de política, todavia a subordinação deste governo (e de todos os precedentes) aos interesses do histórico latifúndio/agronegócio impede que a reforma agrária se concretize e com isso a espiral de violência e devastação siga inabalável!